

12. Instrumentos financeiros - Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a fornecedores. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia. A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos. **13. Cobertura de seguros** - A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos, no montante de R\$ 452.226, sendo R\$ 5.000 para cobertura de risco civil e R\$ 447.226 para riscos operacionais. A apólice de seguro está em nome da Pedra Branca S.A. e as empresas São Pedro do Lago S.A., Sete Gameleiras S.A., Baraúnas I Energética S.A., Mussambê Energética S.A. e a Companhia são cosseguradas. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2015 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo de exame dos auditores independentes.

Amilton Queiroz da Silva – Contador - CRC PE - 013330/O-3
Diretoria: Adelson Gomes Ferraz e José Antônio Alves Arruda

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis – Aos Administradores e Acionistas da Morro Branco I Energética S.A. Recife - PE. Examinamos as demonstrações contábeis da **Morro Branco I Energética S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais

notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis** A Administração Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Morro Branco I Energética S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos** - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior - Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação e com parágrafo quanto à fase pré-operacional da Companhia, datado de 24 de fevereiro de 2015, Recife (PE), 12 de fevereiro de 2016. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC - 2SP 015.199/0-6 - Francisco da Silva Pimentel - Contador CRC-1SP 171.230/O-7-T-PE.

(83104)

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE

CNPJ – 10.921.252/0001-07

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se acham à disposição dos senhores Acionistas da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, em sua sede social, à Rua Coelho Leite, nº 530, Santo Amaro, Cep 50.100-140, nesta cidade, todos os documentos de que trata o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2015.

Recife, 28 de março de 2016.
Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão
Diretor Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE HABITAÇÃO COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS – CEHAB

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da CEHAB, situada na Rua Odorico Mendes, nº 700, Campo Grande, nesta cidade do Recife, os documentos a que se referem o art. 133, da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, Recife, 28 de março de 2016. Marcos Baptista Andrade – Diretor Presidente.

(F)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF COMPANHIA ABERTA EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRÁS CNPJ – 33.541.368/0001-16

AVISO AOS ACIONISTAS

Encontram-se a disposição dos Senhores Acionistas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, em sua sede social, situada na Rua Delmiro Gouveia, 333, San Martin, Edifício André Falcão, nesta cidade, na Divisão de Relação com Investidores - DFRI, Bloco B, Sala 132 e eletronicamente nos sites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.chesf.gov.br) no link "Investidores", todos os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Recife, 30 de março de 2016.

JOSÉ PEDRO DE ALCÂNTARA JÚNIOR

Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores (F)

M&G POLÍMEROS BRASIL S.A.

CNPJ nº 07.079.511/0001-90

COMUNICADO AOS ACIONISTAS

A Administração da Companhia disponibiliza em sua sede Social, localizada na Rodovia PE 60 KM10 - Engenho Massangana, TDR - Sul - Complexo Industrial Portuário Suape - Ipojuca - PE, a partir da presente data, a todos os seus acionistas, a documentação prevista no artigo 133 da lei das Sociedades Anônimas em vigor. Será necessário o agendamento prévio e em horário comercial, por parte dos interessados em analisá-las.

São Paulo, 31 de março de 2016
A Diretoria

(83109)

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A PERPART CNPJ: 02.534.914/0001-68 NIRE: 26.300.010.577

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que, em primeira convocação se realizará na sede social da companhia, à rua Dr. João Lacerda, nº 395, Cordeiro, Recife-PE, no dia 29.04.2016, 09h, em primeira convocação, e 09h30, em segunda convocação, a fim de deliberar sobre a ordem do dia: 1. Aprovação do relatório da administração e das demonstrações financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2015, nos termos do artigo 132, da Lei 6.404/76; 2. Deliberação sobre o resultado do exercício. 3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e fixação da remuneração, nos termos do § 3º, artigo 162, da Lei

6.404/76; 4. Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos administradores, em conformidade com o disposto nos artigos 150 e 152, respectivamente, da Lei 6.404/76; 5. Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social. Recife, 29 de março de 2016. Milton Coelho da Silva Neto, Presidente do Conselho de Administração.

AVISO AOS ACIONISTAS: Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Perpart, localizada na Rua Dr. João Lacerda, nº 395, bairro do Cordeiro, Recife-PE, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, concernentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015. Recife, 29.03.2016. Marcelo Andrade Bezerra Barros. Diretor-presidente.

(F)

SÃO FRANCISCO TÊXTIL S.A. - CNPJ/MF nº 02.710.680/0001-62. NIRE 26300010691. Empresa Beneficiária dos Incentivos Fiscais do Nordeste – FINOR. **AVISO AOS ACIONISTAS E EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram à disposição, na sede social da Companhia, na Rua Ricardo Soares Coelho, nº 100, Centro, CEP 53300-000, Petrolina, Pernambuco, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2015. Ficam também convidados os senhores acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2016, às 09h00min, na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: 1) Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015; 2) Deliberação sobre o resultado do exercício social encerrado em 31.12.2015; 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação de sua remuneração global anual; e 4) Apreciação de eventual pedido de instalação do Conselho Fiscal e, se for o caso, eleição de seus membros e fixação da respectiva remuneração. Consoante o artigo 18 do Estatuto Social, os acionistas poderão ser representados por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Solicitamos o envio do instrumento de procuração e respectivos atos societários, quando se tratar de pessoa jurídica, com no mínimo 72 horas de antecedência da Assembleia, para confirmação da legitimidade da representação. Petrolina, PE, 24 de março de 2016. Jair Antonio Covolan - Diretor Presidente.

(83039)

SASSEP - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS SERVIDORES DA POLÍCIA CIVIL-PE

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente, conforme previsto no estatuto do SASSEP (Serviço de Assistência Social aos servidores da Polícia Civil-PE), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral extraordinária, a realizar-se na sua sede social, situada na Rua André Rebouças nº. 136, no bairro do Rosarinho, Recife-PE, dia 8 de abril às 14:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; e, com qualquer número em segunda convocação, trinta minutos depois de convocada a primeira, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEM DO DIA:

1 – Eleição para o conselho para o biênio 2016/2018

Recife 30 de fevereiro de 2016

Ada Ramos de Souza

Presidente da SASSEP

(83121)

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ/MF Nº 10.502.676/0001-37 - NIRE 26.300.019.736 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia") para se reunirem na sede da Companhia, localizada na localidade de Três Ladeiras, área rural de Engenho D'Água, município de Igarassu, Estado de Pernambuco, CEP 53600-000, no dia 29 de abril de 2016, às 10:00 horas, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") para deliberação das seguintes matérias que compõem a Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras, bem como o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2015; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015; Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os mandatos de representação na Assembleia deverão ser recebidos na sede social da Companhia, conforme endereço indicado acima, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, até às 18:00 horas, do dia 28 de abril de 2016. Igarassu, 30 de março de 2016. Presidente do Conselho de Administração. Termelétrica Pernambuco III S.A.

(83116)

FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL

CNPJ 10.956.258/0001-10 - Relatório da Diretoria:

Prezados Filiaidos, em cumprimento às disposições estatutárias e também em atendimento a Lei 10.672 de 15 de maio de 2003 e Lei 9.615/98. Estamos submetendo à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Recife, 15 de março de 2016. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (em reais)

	2015	2014
ATIVO		
CIRCULANTE	7.699.195	6.382.808
Disponibilidades	2.864.886	2.696.311
Créditos de Clubes Filiados	3.638.410	2.095.731
Adiantamento a Terceiros	25.600	111.980
Adiantamento a Fornecedor	248.665	234.035
Créditos a Funcionários	13.890	16.076
Almoxarifado	843.577	1.212.605
Convênios	64.167	16.070
NÃO CIRCULANTE	6.294.999	6.503.520
Investimentos	301.323	309.603
Imobilizado	5.993.676	6.193.917
TOTAL DO ATIVO	13.994.194	12.886.328

	2015	2014
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.080.887	1.354.265
Fornecedores	90.588	66.971
Obrigações Fiscais	6.852	9.272
Obrigações Sociais	57.670	72.003
Contas a Pagar	729.991	809.866
Obrigações Clubes a Pagar	115.512	114.679
Convênios	80.274	281.474
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.913.307	11.532.063
Patrimônio Social	6.711.205	5.502.633
Ajuste de Valor Patrimonial	4.723.428	4.723.428
Resultado do Exercício	1.478.674	1.306.002
TOTAL DO PASSIVO	13.994.194	12.886.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (em reais)

	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS	6.436.876	6.000.765
Receitas Patrimoniais	4.561.821	4.530.216
Receitas Técnicas de Futebol	1.538.124	1.243.682
Receitas Financeiras	332.349	222.240
Outras Receitas	4.582	4.627
DESPESAS OPERACIONAIS	5.149.704	4.871.025
Despesas Técnicas com Futebol	1.873.751	1.434.114
Administrativas	3.217.567	3.360.678
Tributárias	51.069	55.887
Despesas Financeiras	7.317	20.546
RESULTADO OPERACIONAL	1.287.172	1.129.740
Outras Receitas Não Operacionais	191.502	176.262
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	191.502	176.262
Superávit do Exercício	1.478.674	1.306.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da **FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL**. Examinamos as demonstrações financeiras da **FPF - FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL** ("Entidade") que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (em reais)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	1.478.674	1.306.002
Quotas de Depreciação	106.016	118.185
Custo da Baixa de Investimentos	8.280	-
Custo da Baixa de Imobilizado	94.225	-
Justas de Exercícios Anteriores	(97.430)	-
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	1.589.765	1.424.187
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.421.190)	(848.793)
(Aumento) redução de Cheques em Cobrança	-	180
(Aumento) redução do Almoxarifado	369.028	(292.787)
(Aumento) redução de Adiantamento a Terceiros	86.380	(27.532)
(Aumento) redução de Adiantamento a Fornecedor	(14.630)	(58.026)
(Aumento) redução de Créditos a Funcionários	2.186	(5.126)
(Aumento) redução de Créditos de Clubes Filiados	(1.542.679)	5.357
(Aumento) redução de Convênios	(48.097)	(16.070)
Aumento (redução) de Fornecedores	369.311	(107.396)
Aumento (redução) em Obrigações Fiscais	(2.420)	6.985
Aumento (redução) em Obrigações Sociais	(14.333)	10.908
Aumento (redução) em Contas a Pagar	(79.875)	264.203
Aumento (redução) em Obrigações Clubes Filiados	833	(130.488)
Redução em Parcelamento INSS	-	(5.101)
(Redução) em Convênios	(201.200)	(493.900)

	2015	2014
CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	168.575	575.394

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES

	2015	2014
DE INVESTIMENTO	-	126.189
Aquisição de Imobilizado	-	126.189
TOTAL DOS EFEITOS DE CAIXA	168.575	449.205
(-) Saldo inicial	2.696.311	2.247.106
(+) Saldo final das Disponibilidades	2.864.886	2.696.611
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	168.575	449.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (em reais)

	Patrimônio Social	Resultado Acumulado	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	3.667.816	1.450.875	5.118.691
Incorporação de Capital	1.834.817	(1.834.817)	-
Ajuste de Valor Patrimonial	-	4.723.428	4.723.428
Superávit do Exercício	-	1.306.002	1.306.002
Ajuste de exercícios Anteriores	-	383.942	383.942
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	5.502.633	5.645.488	11.532.063
Incorporação de Capital	1.689.944	(1.689.944)	-
Superávit do Exercício	-	1.478.674	1.478.674
Ajuste de exercícios Anteriores	-	(97.430)	(97.430)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	7.192.577	5.336.788	12.913.307

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações contábeis.

MARCELO LUIZ PAZ DA SILVA

TÉCNICO EM CONTABILIDADE - CRC-PE 019063/O-5

procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para opinião sem ressalva. Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FPF - FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL**, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o resultado de suas atividades, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demais legislação aplicável às entidades esportivas. Recife (PE), 14 de março de 2016.

FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES SS CRC PE 365.

As notas explicativas integrantes destas Demonstrações Contábeis e Parecer do Conselho Fiscal encontram-se à disposição na sede da Federação.

(83117)